

RESOLUÇÃO

Pela manutenção, continuidade e desenvolvimento da refinaria do Porto, em defesa do emprego com direitos e do interesse nacional!

A delegação de trabalhadores da Petrogal/Galp e os seus representantes, reunidos em tribunas públicas junto à sede da empresa e junto à residência oficial do primeiro-ministro, consideram que:

- Contrariamente ao que dizem o Governo e a Administração da Galp, esta intenção de encerramento da refinaria do Porto, em Matosinhos, não surge no quadro da descarbonização e da necessidade de reduzir as emissões de CO₂.
Encerrar uma refinaria não tem qualquer impacto no ambiente global, se tal se traduzir numa simples deslocalização da produção. Aliás, até há prejuízos para o meio ambiente, por exemplo com o facto de se criarem novas necessidades de transporte pesado de mercadorias, pois o combustível da Região Norte passaria a ser transportado de mais longe, as matérias-primas que as fábricas da Região Norte adquirem à refinaria passariam a ter de ser importadas do estrangeiro. A intenção de encerramento é opção económica da Galp e dos seus accionistas, a etiqueta «ambiente» serviria para que a operação de encerramento da refinaria fosse financiada com fundos públicos.
- A transição energética também não pode ser invocada como motivo para o encerramento da refinaria, pois este não é um processo que se conclua em 2021, vai demorar vários anos.
Pelo menos até 2050, os combustíveis fósseis continuarão a ter um papel na economia, (previsivelmente) menor, é certo. O encerramento precipitado desta refinaria em 2021 iria obrigar o País a conviver muitos anos com a utilização massiva de produtos refinados e menos uma refinaria para os produzir. O encerramento da refinaria em 2021 só tem dois objectivos: (1) da parte do Governo, poder fazer figura de estar no «pelotão da frente» da União Europeia, para efeitos de propaganda e (2), da parte da Galp, para poder concretizar um objectivo do grupo, arrebanhando ainda uns apoios do Governo.
A única transição que o Governo e a Galp preconizam é do emprego com direitos para o desemprego!
- O abrandamento económico causado pela pandemia também não é argumento, pois a redução do consumo dos produtos das refinarias nacionais não foi assim tão significativa (17% na gasolina e 14,4% no gasóleo, acumulado, Outubro 2020) e a curto/médio prazo serão repostos os níveis de consumo anteriores à pandemia.
Importante, mas nada que justifique o encerramento de uma refinaria. Até porque a Petrogal utilizou a posição dominante no mercado para influenciar de forma directa os preços dos combustíveis praticados, respondendo à diminuição da procura com o aumento das margens brutas de comercialização (mais 31% no gasóleo rodoviário e mais 27% na gasolina 95, na comparação da ERSE, entre Setembro de 2019 e de 2020). Ou seja, aumentou a cobrança de uma renda ilegítima à economia nacional.
- Contrariamente ao que afirmam o Governo e a Galp, a refinaria do Porto, em Matosinhos, faz falta ao aparelho produtivo nacional.
Ficando o País com uma única refinaria, uma questão seria incontornável: sempre que esta refinaria tivesse de ser encerrada (por necessidades de manutenção ou ocorrência de um acidente), o País passaria a ficar totalmente dependente da importação. Mesmo para o abastecimento de combustível da Região Norte, a refinaria é essencial. E a alternativa não é Sines, como agora nos dizem para simular um menor impacto para o País. A alternativa é a Galiza e a sua refinaria da Repsol em La Coruña, que já está ligada por um pipeline até à fronteira portuguesa.
O Aeroporto Pedras Rubras é abastecido através de um pipeline com origem na refinaria do Porto. Mesmo admitindo que a Galp manteria os tanques e o pipeline em funcionamento, esses tanques passariam a ficar dependentes do abastecimento por camião ou barco a partir de Sines. Mas de barco a operação é difícil, particularmente no Inverno, pelas condições do Porto.
A refinaria do Porto é um importante complexo petroquímico, do qual dependem várias empresas entre as quais, as do complexo químico de Estarreja, que poderão enfrentar relevantes aumentos de custos na sua actividade, colocando-a em risco. A venda de químicos e lubrificantes no mercado interno pela refinaria do Porto foi de 48 mil toneladas e 72 milhões de euros por ano

(média dos últimos 5), com uma pequena redução estimada inferior a 10% em 2020.

- As contribuições directas da refinaria do Porto, em Matosinhos, para as exportações nacionais foram, em média dos últimos 5 anos, a cada ano, de 1 milhão e 206 mil toneladas, no valor de 479 milhões de euros. Mesmo em 2020, com a crise pandémica, os valores estimados são de 1 milhão e 130 mil toneladas e 379 milhões de euros.

- A Administração da Galp, com o apoio do Governo, toma esta opção porque é a que melhor serve os interesses dos seus accionistas. Não existe qualquer necessidade, qualquer crise a superar. Não está a perder dinheiro nem nada perto disso. Quer é ganhar mais. Vai prejudicar o País, mas isso é algo que nunca incomodou os accionistas da Galp.

A Administração da Galp estima em 90 milhões as suas «poupanças» anuais com o encerramento da refinaria do Porto, em Matosinhos («poupanças» que só existiriam porque o Estado português – Orçamento do Estado, fundos comunitários, Segurança Social – pagaria os custos directos e indirectos do encerramento). Ora, a única dificuldade das contas da Galp é a relativa descapitalização criada pela prática de pagar aos accionistas dividendos acima dos resultados líquidos, como aconteceu com os dividendos relativos a 2019, que totalizaram 580 milhões de euros, quando o resultado líquido RCA foi «apenas» de 560 milhões). Uma decisão que, vale a pena recordar, foi tomada em Abril, já depois de iniciado o surto pandémico.

- Sendo o Estado o segundo maior accionista da Galp, o Governo recusou-se a usar essa qualidade para actuar no seio do grupo Galp em defesa do interesse nacional. Aliás, assumiu publicamente que o seu interesse na Galp se resumia aos dividendos que recebia dos 7,48% das acções. A mesma postura é adoptada enquanto Governo na relação com a Galp. O apoio do Ministro do Ambiente a toda e qualquer decisão da Galp é entusiástico.

Quando se planifica o despedimento de centenas de trabalhadores, ao mesmo tempo que se admite vir a utilizar as refinarias noutros projectos industriais, não é o interesse nacional nem são os direitos dos trabalhadores que se salvaguarda. Coloca-se é os fundos públicos a financiar os custos de um despedimento, que poderia ser evitado, para que os futuros utilizadores da infra-estrutura não tenham de assumir trabalhadores com direitos, contratação e antiguidade.

Aliás, querendo, o Governo pode e deve ir mais longe do que simplesmente impedir a destruição deste complexo petroquímico. A renacionalização da Galp é uma necessidade absolutamente evidente, para que o Estado possa recuperar o controlo sobre um sector estratégico e para salvar as refinarias; para acabar com a cartelização de preços e reduzi-los; para que a transição energética seja mais que uma capa, sob a qual milhares de milhões de euros do erário público são desviados para o bolso de capitalistas; para que a soberania nacional e o interesse nacional possam comandar as opções de política energética; para que a valorização do trabalho e dos trabalhadores seja uma preocupação da Galp.

Face ao exposto, **os participantes nas tribunas públicas decidem exigir da Galp e do Governo:**

- **A tomada de medidas para a manutenção e continuidade da laboração na refinaria do Porto, em Matosinhos;**
- **Investimentos e formação profissional na refinaria, tendo em vista a sua modernização e adequação à produção de novos produtos;**
- **A defesa do emprego com direitos e do interesse nacional.**

Lisboa, 2 de Fevereiro de 2021

